DocuSign Envelope ID: E09F551D-BC48-4AF2-97C2-E4CA0AC8E156

Camastra Participações e Administração S.A.

CNPJ: 39.744.262/0001-04

Relatório da Administração

Resultados Camastra 4T23 & 12M23: São Paulo, 27 de março de 2024. A Camastra Participações e Administração S.A. ("Companhia") presente na cidade e estado de São Paulo, apresenta hoje os resultados do ano de 2023 ("12M23"). Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi examinada pelos auditores independentes. A Camastra Participações e Administração S.A. é uma sociedade por ações fechada constituída em 23 de outubro de 2020 e tem por objeto social a participação e administração de investimentos na Águas Guariroba S.A. O resultado da Camastra consiste na consolidação de sua controlada. Maiores informações sobre o resultado da Águas Guariroba podem ser verificadas no *Earnings Releases* da empresa, disponível no site de RI da Aegea: https://ri.aegea.com.br/debentures-companhias-abertas/aguas-guariroba/

Destaques Financeiros

Destaques Financeiros ('000)	2023	2022	Δ%
Receita operacional líquida[1]	**862.645**	**742.177**	**16,2%**
Receita de água	640.626	560.853	14,2%
Receita de esgoto	320.985	264.070	21,6%
Deduções de receita	(98.966)	(82.746)	19,6%
Custos e despesas operacionais[2]	**(227.300)**	**(190.897)**	**19,1%**
EBITDA	**635.345**	**551.280**	**15,2%**
Margem EBITDA	**73,7%**	**74,3%**	**-0,6 p.p.**
Resultado financeiro	(103.489)	(71.882)	44,0%
Lucro Líquido	**315.953**	**286.272**	**10,4%**

Em 2023, a Receita Operacional Líquida atingiu 862,6 milhões, devido, principalmente, aos reajustes e reequilíbrios tarifários aplicados no período, além do aumento no volume faturado em virtude da expansão da cobertura de esgoto. Os custos e despesas do período totalizaram R$ 227,3 milhões, em virtude do aumento nas linhas de serviços de terceiros e de pessoal. O resultado financeiro foi uma despesa de R$ 103,5 milhões. A Companhia registrou um lucro líquido de R$ 316,0 milhões no período.

[1] Receita operacional líquida registrada nas Demonstrações Financeiras deduzidas as receitas de construção com margem próxima a zero (OCPC05) e sem efeito-caixa.
[2] Valores não contemplam as receitas e custos de construção do ativo intangível e efeitos de amortização e depreciação.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e equivalentes de caixa	5	5	4	4.364	2.481
Aplicações financeiras	6	548	541	58.437	491.393
Contas a receber de clientes	7	–	–	239.888	203.890
Estoques		–	–	4.863	5.163
Tributos a recuperar		17	6	937	1.097
Instrumentos financeiros derivativos	21	–	–	768	315
Outros créditos		–	–	7.871	2.565
Total do ativo circulante		570	551	317.128	706.904
Contas a receber de clientes	7	–	–	55.870	60.860
Tributos a recuperar		–	–	1.637	1.282
Depósitos judiciais	15	–	–	1.218	1.118
Instrumentos financeiros derivativos	21	–	–	2.268	4.814
Outros créditos		–	–	19	26
Total do realizável a longo prazo		–	–	61.012	68.100
Investimento	9	650.319	709.687	–	–
Imobilizado		–	–	8.247	7.830
Ativo de contrato da concessão	10	–	–	283.691	163.318
Intangível	11	–	–	1.077.889	1.004.451
Total do ativo não circulante		650.319	709.687	1.430.839	1.243.699
Total do ativo		650.889	710.238	1.747.967	1.950.603

Passivo	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2023
Empréstimos e debêntures	13	–	–	205.746	212.162
Fornecedores e empreiteiros	12	–	–	28.097	21.870
Obrigações trabalhistas e sociais		–	–	13.706	12.327
Obrigações fiscais		–	–	12.393	9.947
Imposto de renda e contribuição social		1	1	46.636	35.507
Outras contas a pagar	14	–	–	8.619	7.335
Total do passivo circulante		1	1	315.197	299.148
Empréstimos e debêntures	13	–	–	664.352	826.152
Fornecedores e empreiteiros	12	–	–	6.750	7.653
Provisões	15	–	–	6.266	7.716
Passivo fiscal diferido	20 b.	–	–	90.925	85.936
Outras contas a pagar	14	–	–	13.589	13.761
Total do passivo não circulante		–	–	781.882	941.218
Total do passivo		1	1	1.097.079	1.240.366
Patrimônio líquido	16				
Capital social		1.795	1.795	1.795	1.795
Custo com emissão de novas ações		(17.356)	(17.356)	(17.356)	(17.356)
Dividendos adicionais propostos		116.312	175.856	116.312	175.856
Reserva de capital		549.450	549.450	549.450	549.450
Reserva de lucros		1.795	1.796	1.795	1.796
Ajuste de avaliação patrimonial		(1.108)	(1.304)	(1.108)	(1.304)
Total do patrimônio líquido		650.888	710.237	650.888	710.237
Total do passivo e patrimônio líquido		650.889	710.238	1.747.967	1.950.603

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022*(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	17	–	–	1.112.823	903.213
Custos dos serviços prestados	18	–	–	(423.995)	(318.555)
Lucro bruto		–	–	688.828	584.658
Despesas administrativas e gerais	18	(39)	(20)	(113.415)	(87.222)
Outras receitas operacionais		–		916	1.265
Outras despesas operacionais		–		(290)	(1.345)
Resultado da equivalência patrimonial	9	315.935	286.242	–	–
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		315.896	286.222	576.039	497.356
Receitas financeiras	19	69	61	49.666	78.681
Despesas financeiras	19	(5)	(4)	(153.155)	(150.563)
Resultado financeiro		64	57	(103.489)	(71.882)
Resultado antes dos tributos		315.960	286.279	472.550	425.474
Imposto de renda e contribuição social	20 a.	(7)	(7)	(156.597)	(139.202)
Lucro liquido do exercício		315.953	286.272	315.953	286.272

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício		315.953	286.272	315.953	286.272
Outros resultados abrangentes:					
Valor justo de derivativos	21	298	(1.833)	298	(1.833)
IR/CS sobre valor justo de derivativos	21	(102)	623	(102)	623
Resultado abrangente total		316.149	285.062	316.149	285.062

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Custo com emissão de novas ações	Reserva de Capital	Dividendos adicionais propostos	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção de lucros	Ajuste avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de dezembro de 2022		1.795	(17.356)	549.450	25.493	359	1.436	(94)	–	561.083
Valor justo de derivativos		–	–	–	–	–	–	(1.210)	–	(1.210)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	286.272	286.272
Destinação:										
Dividendos intermediários	16 e.	–	–	–	(25.493)	–	(1.436)	–	–	(26.929)
Dividendos intercalares	16 e.	–	–	–	–	–	–	–	(108.979)	(108.979)
Dividendos adicionais propostos	16 e.	–	–	–	175.856	–	–	–	(175.856)	–
Lucros retidos	16 f.	–	–	–	–	–	1.437	–	(1.437)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.795	(17.356)	549.450	175.856	359	1.437	(1.304)	–	710.237
Valor justo de derivativos	21	–	–	–	–	–	–	196	–	196
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	315.953	315.953
Destinação:										
Dividendos intermediários	16 e.	–	–	–	(175.856)	–	(1.436)	–	–	(177.292)
Dividendos intercalares	16 e.	–	–	–	–	–	–	–	(198.206)	(198.206)
Dividendos adicionais propostos	16 e.	–	–	–	116.312	–	–	–	(116.312)	–
Lucros retidos	16 f.	–	–	–	–	–	1.435	–	(1.435)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.795	(17.356)	549.450	116.312	359	1.436	(1.108)	–	650.888

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes dos tributos		315.960	286.279	472.550	425.474
Ajustes para:					
Amortização e depreciação	18	–	–	59.306	53.924
Reversões de provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	15 e 18	–	–	(254)	(1.747)
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	7 e 18	–	–	10.229	4.356
Baixa de títulos do contas a receber	7 e 18	–	–	11.785	13.740
Resultado na baixa de intangível	11	–	–	28	290
Resultado na baixa de imobilizado		–	–	208	231
Perdas líquidas com instrumentos financeiros derivativos	19 e 21	–	–	2.177	2.532
Rendimentos de aplicações financeiras	19	(68)	(61)	(38.245)	(61.438)
Encargos sobre empréstimos e debêntures	13 e 19	–	–	106.304	116.188
Resultado de equivalência patrimonial	9	(315.935)	(286.242)	–	–
Amortização do custo de captação	13	–	–	2.785	3.390
Variação cambial líquida	13 e 19	–	–	(1.263)	(1.504)
Ajuste a valor presente de clientes	7 e 19	–	–	5.762	3.756
Atualização monetária para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	15	–	–	703	(223)
Provisão para bônus diretoria		–	–	–	688
		(43)	(24)	632.075	559.657
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento)/Diminuição dos ativos					
Contas a receber de clientes		–	–	(58.784)	(59.711)
Estoques		–	–	300	(1.065)
Depósitos judiciais		–	–	(100)	(151)
Tributos a recuperar		(1)	(9)	(2.095)	(220)
Outros créditos		–	–	(5.299)	(286)
Aumento/(Diminuição) dos passivos					
Fornecedores e empreiteiros		–	–	5.324	2.138
Obrigações trabalhistas e sociais		–	–	1.379	1.444
Obrigações fiscais		–	–	2.446	653
Pagamento de riscos cíveis, trabalhistas e tributários	15	–	–	(1.899)	(3.011)
Outras contas a pagar		–	–	(1.296)	(2.892)
Juros pagos	13	–	–	(114.514)	(99.789)
Imposto de renda e contribuição social pagos	11 a.	(1)	(3)	(129.606)	(125.051)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(45)	(36)	327.931	271.716
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Aplicações financeiras, líquidas		22	22	419.464	37.936
Juros recebidos		24	–	42.694	46.944
Dividendos recebidos	16 e.	375.498	144.884	–	53.945
Aquisição de ativo imobilizado		–	–	(1.183)	(904)
Aquisição de ativo de contrato da concessão	10	–	–	(232.593)	(146.892)
Fluxo de caixa proveniente das (usado nas) atividades de investimento		375.544	144.906	228.382	(8.971)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento					
Empréstimos e debêntures pagas	13	–	–	(179.113)	(64.405)
Instrumentos financeiros derivativos recebidos		–	–	181	405
Dividendos pagos	16 e.	(375.498)	(144.884)	(375.498)	(198.830)
Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamento		(375.498)	(144.884)	(554.430)	(262.830)
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		1	(14)	1.883	(85)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4	4	18	2.481	2.566
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	5	4	4.364	2.481
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		1	(14)	1.883	(85)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: A Camastra Participações e Administração S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações fechada, com sede em São Paulo/SP, constituída em 23 de outubro de 2020 e tem por objeto social a participação e administração de investimentos em outras sociedades e/ou empreendimentos de qualquer natureza na qualidade de sócia ou acionista. **2. Entidades do grupo:** A tabela abaixo apresenta as participações da Companhia no quadro acionário total de sua controlada, bem como sua atividade:

Controladas:	Atividades Principais	Contrato de concessão ou edital nº	Data de término da concessão	% de Participação 2023 Direta	2023 Indireta	2022 Direta	2022 Indireta
Águas Guariroba S.A. ("Guariroba")	Concessão Água e Esgoto	104/2000	08/2060	100,00%	–	100,00%	–

3. Base de preparação: a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("Grupo") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. b) Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. c) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens: • Reconhecimento e mensuração de perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa n° 7); • Definição de vida útil do ativo intangível (nota explicativa n° 11); • Reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das potenciais saídas de recursos (nota explicativa n° 15); • Reconhecimento de receita (nota explicativa n° 17); e • Reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos (nota explicativa n° 20). d) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 21. **4. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) Base de consolidação: *Controladas:* As demonstrações financeiras das controladas, conforme nota explicativa nº 3, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, o resultado do exercício da controlada é reconhecido através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial são utilizadas as informações contábeis da controlada na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras. *(ii) Perda de controle e de influência significativa:* Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos, incluindo qualquer ágio, e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido, incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas. Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Ao perder influência significativa sobre uma coligada, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado. *(iii) Transações eliminadas na consolidação:* Saldos e transações entre empresas controladas pela Companhia, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre estas empresas, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. b) Arrendamentos: O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso:* O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses, a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Além disso, o Grupo também aplica a isenção de reconhecimento para os ativos de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. c) Ativos intangíveis: O Grupo possui como ativos intangíveis itens relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços e direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item "e". São mensurados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, sendo está calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo. d) Redução ao valor recuperável (impairment): *(i) Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:* O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que a contraparte pague integralmente suas obrigações de crédito. *Mensuração das perdas de crédito esperadas:* As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O Grupo determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões. *Ativos financeiros com problemas de recuperação:* Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso para cada período dentro da sua categoria; • Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. A provisão para perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. *Baixa:* O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro. *Contas a receber e ativos contratuais:* A análise a seguir fornece mais detalhes sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas relacionados ao contas a receber e ativos contratuais. O Grupo considera algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa. As perdas de crédito esperadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito real nos últimos 36 meses, ajustadas por eventos futuros relevantes esperados. O Grupo realizou o cálculo das taxas de perda de crédito esperada separadamente para clientes públicos, privados e renegociados. As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base na característica comum de risco de crédito e status de inadimplência. As alterações de exposição do Grupo ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 21. *(ii) Ativos não financeiros:* Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação é realizado o teste de redução ao valor recuperável do ativo. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. e) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura: As concessões do Grupo aplicam a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo (quando aplicável), dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente, ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório. A infraestrutura recebida e/ou construída pelo concessionário não é registrada como ativo imobilizado, porque os contratos de concessão não transferem ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. No caso do Grupo não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor. f) Capitalização dos custos dos empréstimos e debêntures: Os custos dos empréstimos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria. g) Benefícios a empregados: *(i) Benefício de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. *(ii) Benefício pós-emprego - Planos de saúde:* O Grupo oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e suas controladas são copatrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia e suas controladas são reconhecidos

continua →★

DocuSigned by
Eduardo
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95610741872
Data/Hora da Assinatura: 27/03/2024 | 22:46:40 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: E09F551D-BC48-4AF2-97C2-E4CA0AC8E156

continuação

Camastra Participações e Administração S.A. - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuário independente. h) Provisões: Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Caso uma divulgação possa prejudicar seriamente a posição do Grupo, essa informação não é divulgada. i) Receita de contrato com cliente: O Grupo reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita do Grupo estão descritas a seguir: *(i) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto:* A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: captação, adução, tratamento e distribuição de água, sendo reconhecida por ocasião da aferição do volume consumido pelos clientes. A receita relacionada ao tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo faturada através do volume medido de esgoto tratado e/ou por meio da paridade com água. *(ii) Outros serviços indiretos de água e esgoto:* A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se, principalmente à prestação de serviços de ligação de água ou esgoto, instalações de hidrômetros e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado e, a receita, reconhecida neste momento. *(iii) Receitas de construção ativo intangível:* A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria dos contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A controlada estimou que eventual margem é próxima a zero. j) Tributos: *(i) Imposto de renda e contribuição social:* O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Além disso, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. *Imposto corrente:* O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. *Imposto diferido:* O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. *Exposições fiscais:* Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferidos o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda tenha que ser realizado. O Grupo acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam o Grupo a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. *(ii) Tributos sobre prestações de serviços:* O PIS e COFINS do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados nas operações do Grupo. O PIS e COFINS diferidos no Balanço Patrimonial compreendem a proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, se mantendo assim até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhe deram origem, quando o recolhimento será realizado, de acordo com a legislação fiscal vigente. k) Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. *(i) Reconhecimento e mensuração inicial: Ativos financeiros:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e/ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. *Passivos financeiros:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. *(ii) Mensuração subsequente: Ativos financeiros:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados na seguinte categoria: • Ativos financeiros ao custo amortizado; Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. *(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. *Passivos financeiros:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *(iv) Compensação:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. *(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:* O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos de *swaps* de taxa de juros, para proteger-se contra seu risco de taxa de juros. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. No início de um relacionamento de *hedge*, o Grupo formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual desejam aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como o Grupo avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: • Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*; • O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e • O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que o Grupo efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido. *Hedges de fluxo de caixa:* O Grupo utiliza contratos de *swap* como *hedge* para proteger sua exposição ao risco de moeda estrangeira em transações de dívida realizadas. A parcela ineficaz referente a contratos em moeda estrangeira, quando existente, é reconhecida como despesa financeira. Para quaisquer *hedges* de fluxo de caixa, o montante acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado como um ajuste de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa protegidos afetam o resultado. Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do *hedge*, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima. *(vi) Hierarquia do valor justo:* Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação *(vii) Receitas financeiras e despesas financeiras:* As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos, variações cambiais ativas e ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras abrangem despesas com encargos sobre empréstimos e debêntures, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, ajuste a valor presente de clientes, variações cambiais passivas, impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS) e perda com instrumentos financeiros derivativos. l) Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. m) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: A companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes. Alterações no CPC 50 (IFRS 17), CPC 23 (IAS 8), CPC 26 (R1) e CPC 32 (IAS 12).As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias, tais como: • IFRS 17 Contrato Seguros (equivalente ao CPC 50 - Contrato de Seguros) - é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguros, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação, que substitui o IFRS 04 (equivale CPC 11). A norma se aplica a todos os contratos de seguro; • Alteração IAS 8 Definições de estimativas contábeis - Esclarecimentos à distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, além de esclarecer como entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. (equivale ao CPC 23); • Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2. - Orientações e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis (equivale ao CPC 26 (R1)); • Imposto diferido relacionado a ativos e passivos originados de uma simples transação - Alterações do IAS 12 - Estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos passivos de desativação (equivale ao CPC 32- Tributos sobre o lucro); e • Reforma tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12 (equivale ao CPC 32- Tributos sobre o lucro) as alterações foram introduzidas em respostas as regras do Pilar Dois da OCDE sobre BPES e pode impactar o imposto diferido e necessidade de divulgação para entidade afetadas. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. n) Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • IFRS 16 - Passivo de locação em um Sale and Leaseback - Transação de venda retroarrendamento (equivalente CPC 06); • Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordo de financimentos de fornecedores (equivalente aos CPC 03 e CPC 40 (R1) respectivamente).

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa	–	–	1	8
Banco conta movimento	5	4	4.363	2.473
	5	4	4.364	2.481

6. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
Modalidade	2023	2022	2023	2022
Fundo de Investimento Safira	548	96	39.943	196.221
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	–	445	18.494	295.172
	548	541	58.437	491.393

A rentabilidade média atrelada ao CDI dos Certificados de Depósitos Bancários - CDB e do fundo de investimento é em média 101,72% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (99,09% do CDI em 31 de dezembro de 2022). A carteira dos fundos de investimentos onde o Grupo detém cotas, corresponde a aplicações em outros fundos de investimento multimercado de crédito privado, não exclusivos. Todos os fundos são registrados junto à CVM. A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 21 - Instrumentos financeiros. **7. Contas a receber de clientes:**

	Consolidado	
	2023	2022
Serviços de água e esgoto	321.897	286.602
Receita a faturar de serviços de água e esgoto	28.970	23.028
(–) Perdas de crédito esperada	(55.109)	(44.880)
	295.758	264.750
Circulante	239.888	203.890
Não circulante	55.870	60.860

Os vencimentos das contas a receber dos serviços de água e esgoto em 31 de dezembro de 2023 e 2022 estão assim representados:

	Consolidado						
					Saldos vencidos		
Classe de consumidor	**Saldos a vencer**	**Até 180 dias**	**De 181 a 365 dias**	**De 366 a 730 dias**	**Mais de 731 dias**	**Total**	**Saldo em 2023**
Residencial	64.020	40.870	34.025	–	–	74.895	138.915
Comercial	14.581	6.461	6.281	–	–	12.742	27.323
Industrial	199	1	15	–	–	16	215
Setor público	15.119	7.190	9.293	12.593	–	29.076	44.195
Subtotal consumidores	93.919	54.522	49.614	12.593	–	116.729	210.648
Renegociações *(i)*	100.795	6.691	1.961	1.419	383	10.454	111.249
	194.714	61.213	51.575	14.012	383	127.183	321.897

	Consolidado						
					Saldos vencidos		
Classe de consumidor	**Saldos a vencer**	**Até 180 dias**	**De 181 a 365 dias**	**De 366 a 730 dias**	**Mais de 731 dias**	**Total**	**Total em 2022**
Residencial	54.623	44.365	23.186	–	–	67.551	122.174
Comercial	10.768	6.689	3.574	–	–	10.263	21.031
Industrial	1.022	20	44	–	–	64	1.086
Setor público	12.004	7.553	7.785	6	–	15.344	27.348
Subtotal consumidores	78.417	58.627	34.589	6	–	93.222	171.639
Renegociações *(i)*	105.694	6.104	1.960	1.198	7	9.269	114.963
	184.111	64.731	36.549	1.204	7	102.491	286.602

(i) O saldo na linha de renegociações em 31 de dezembro de 2023 está líquido do ajuste a valor presente no valor de R$ 18.927 calculados individualmente para cada fatura com base na taxa média de 9,16% a.a. (R$ 13.165 e 6,22% a.a. em 31 de dezembro de 2022). Em 31 de dezembro de 2023, foi registrado no resultado do exercício o montante líquido de R$ 5.762 de ajuste a valor presente (R$ 3.756 em 31 de dezembro de 2022). As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes têm as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Consolidado			
		Resultado		
Natureza	**Saldo em 2022**	**Adições**	**Reversões**	**Saldo em 2023**
Privado *(ii)*	(23.318)	(42.311)	33.239	(32.390)
Público	(244)	–	244	–
Renegociações	(21.318)	(16.509)	15.108	(22.719)
	(44.880)	(58.820)	48.591	(55.109)

	Consolidado			
		Resultado		
Natureza	**Saldo em 2021**	**Adições**	**Reversões**	**Saldo em 2022**
Privado *(ii)*	(18.342)	(38.225)	33.249	(23.318)
Público	(244)	(410)	410	(244)
Renegociações	(21.938)	(13.034)	13.654	(21.318)
	(40.524)	(51.669)	47.313	(44.880)

As baixas e recuperações de títulos têm as seguintes movimentações em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Consolidado		
		Resultado	
		Recuperações	
Natureza	**Baixas**	***(iii)***	**Total em 2023**
Privado *(ii)*	(33.323)	20.373	(12.950)
Público	(10)	11	1
Renegociações	(19.372)	20.536	1.164
	(52.705)	40.920	(11.785)

	Consolidado		
		Resultado	
		Recuperações	
Natureza	**Baixas**	***(iii)***	**Total em 2022**
Privado *(ii)*	(33.369)	17.303	(16.066)
Público	(162)	285	123
Renegociações	(13.487)	15.690	2.203
	(47.018)	33.278	(13.740)

(ii) O grupo compreende as categorias residencial, comercial e industrial. *(iii)* Títulos anteriormente baixados para o resultado, foram recuperados por meio de cobranças e acordos que resultaram em novos parcelamentos ou recebimento de caixa.

8. Transações com partes relacionadas: Remuneração de pessoal-chave da administração: As remunerações fixas e variáveis das pessoas-chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado do exercício pelo regime de competência, e incluem salários e benefícios diretos e indiretos. Em 31 de dezembro de 2023, as respectivas remunerações totalizaram um montante de R$ 3.773 (R$ 3.484 em 31 de dezembro de 2022) no consolidado. Controladora: A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações S.A. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A. que detêm 67,92% das ações que representam o seu capital social. A Companhia também tem como Acionista a IFIN Participações S.A. que detêm 32,08% das ações que representam o capital social da Camastra. Outras transações com partes relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com acionistas e companhias a eles relacionadas, companhias do mesmo grupo econômico, e tais transações são realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes. As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	Consolidado	
	2023	2022
Ativo circulante		
Outros créditos partes relacionadas (d)		
Águas de Primavera S.A.	221	106
Águas de Sinop S.A.	159	165
Outras partes relacionadas	104	149
	484	420
Adiantamento a fornecedores		
Aegea Saneamento e Participações S.A.(f)	2.016	–
Ativo não circulante		
Aquisições de ativo de contrato da concessão no exercício		
Aesan Engenharia e Participações Ltda. (c)	52.584	6.546
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	7.592	4.387
	60.176	10.933
	62.676	11.353

	Consolidado	
	2023	2022
Passivo circulante		
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 12)		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	–	2.820
Aesan Engenharia e Participações Ltda. (c)	13.607	1.121
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	252	73
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	998	720
	14.857	4.734
Outras contas a pagar partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (d)	36	36
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (d)	–	209
	36	245
	14.893	4.979
Resultado do exercício		
Custos e Despesas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (a)	(43.937)	(33.298)
GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. (b)	(2.978)	(2.820)
LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (b)	(3.212)	(2.484)
	(50.127)	(38.602)
Receitas Financeiras		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (e)	2.647	–
	(47.480)	(38.602)

(a) Refere-se à serviços administrativos prestados pelo centro de serviços compartilhados. Os serviços em questão se resumem a: contabilidade, tributário, financeiro, recursos humanos, administração de pessoal, centro de segurança da receita, tecnologia da informação e serviços administrativos. (b) Refere-se a serviços de implementação e manutenção de software prestados pela GSS - Gestão de Sistemas de Saneamento Ltda. e serviços de locação de veículos prestados pela LVE - Locadora de Veículos e Equipamentos Ltda. (c) Refere-se à contratação de serviços associados a obras de construção e ampliação de redes de água e esgotamento sanitário. (d) Refere-se à repasse de gastos administrativos e operacionais. (e) Refere-se aos rendimentos com debêntures privadas. (f) Adiantamentos financeiros reconhecidos em outros créditos no ativo circulante **9. Investimento:** a) Composição do saldo:

	2023	2022
Investimento	650.319	709.687

b) Composição do investimento:

	Capital Social	Participação	Total do ativo da controlada	Total do passivo da controlada	Resultado da controlada	Patrimônio líquido da investida em 31 de dezembro de 2023	Investimento em 31 de dezembro de 2023
Guariroba	343.639	99,99%	1.747.397	1.097.078	315.936	650.319	650.319
						Valor do investimento em 31 de dezembro de 2023	650.319

	Capital Social	Participação	Total do ativo da controlada	Total do passivo da controlada	Resultado da controlada	Patrimônio líquido da investida em 31 de dezembro de 2022	Investimento em 31 de dezembro de 2022
Guariroba	326.284	99,99%	1.950.049	1.240.362	286.242	709.687	709.687
						Valor do investimento em 31 de dezembro de 2022	709.687

c) Movimentação do investimento em controlada

	Investimento em 31 de dezembro de 2022	Equivalência patrimonial	Dividendos	Participação em outros resultados abrangentes	Investimento em 31 de dezembro de 2023
Guariroba	709.687	315.936	(375.498)	197	650.319
	709.687	315.936	(375.498)	197	650.319

	Investimento em 31 de dezembro de 2021	Equivalência patrimonial	Dividendos	Participação em outros resultados abrangentes	Investimento em 31 de dezembro de 2022
Guariroba	515.594	286.242	(90.939)	(1.210)	709.687
	515.594	286.242	(90.939)	(1.210)	709.687

continua

DocuSigned by
Estadão
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 27/03/2024 | 22:47:01 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: E09F551D-BC48-4AF2-97C2-E4CA0AC8E156

continuação

Camastra Participações e Administração S.A. - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

10. Ativo de contrato da concessão:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo de contrato da concessão	283.691	163.318

	Consolidado Saldo em 2022	Adições *(i)*	Transferências	Saldo em 2023
Ativo de contrato da concessão	163.318	250.178	(129.805)	283.691

	Consolidado Saldo em 2021	Adições *(i)*	Transferências	Saldo em 2022
Ativo de contrato da concessão	137.335	161.036	(135.053)	163.318

(i) Os juros sobre empréstimos e debêntures são capitalizados nos ativos qualificáveis, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram capitalizados R$ 17.585 a uma taxa média de 12,09% a.a. (R$ 14.144 e 12,75% a.a. em 31 de dezembro de 2022). **11. Intangível:** Os valores registrados a título de intangível referem-se, substancialmente, ao direito de exploração da infraestrutura da concessão e apresenta as seguintes composições: a) Composição dos saldos:

			Consolidado 2023			Consolidado 2022
Ativo	**Vida útil (em anos)**	**Taxa média anual**	**Custo**	**(–) Amortização**	**Líquido**	**Líquido**
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga/Contrato de concessão	60	1,7%	254.238	(95.953)	158.285	164.141
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 48	3,3%	977.385	(398.910)	578.475	543.698
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 47	2,8%	338.762	(68.501)	270.261	241.908
Máquinas e equipamentos	de 05 a 48	5,3%	101.212	(31.999)	69.213	52.787
Outros componentes	de 03 a 48	5,9%	2.342	(1.521)	821	638
			1.673.939	(596.884)	1.077.055	1.003.172
Software						
Licença de uso de *Software*	de 03 a 10	15,0%	4.561	(3.727)	834	1.279
			4.561	(3.727)	834	1.279
			1.678.500	(600.611)	1.077.889	1.004.451

			Consolidado 2022			Consolidado 2021
Ativo	**Vida útil (em anos)**	**Taxa média anual**	**Custo**	**(–) Amortização**	**Líquido**	**Líquido**
Direito de exploração da infraestrutura						
Outorga/Contrato de concessão	60	1,7%	254.238	(90.097)	164.141	169.997
Instalações técnicas de saneamento	de 03 a 48	3,3%	908.802	(365.104)	543.698	502.642
Edificações de estações de tratamento	de 03 a 47	2,8%	300.079	(58.171)	241.908	208.820
Máquinas e equipamentos	de 05 a 48	4,8%	79.137	(26.350)	52.787	37.654
Outros componentes	de 03 a 48	6,8%	2.005	(1.367)	638	614
			1.544.261	(541.089)	1.003.172	919.727
Software						
Licença de uso de *Software*	de 03 a 10	17,4%	4.492	(3.213)	1.279	1.500
			4.492	(3.213)	1.279	1.500
			1.548.753	(544.302)	1.004.451	921.227

b) Movimentação do custo:

	Consolidado 2022			Consolidado 2023
Ativo	**Custo**	**Adições**	**Baixas**	**Custo**
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga/Contrato de concessão	254.238	–	–	254.238
Instalações técnicas de saneamento	908.802	68.583	–	977.385
Edificações de estações de tratamento	300.079	38.683	–	338.762
Máquinas e equipamentos	79.137	22.133	(58)	101.212
Outros componentes	2.005	337	–	2.342
	1.544.261	129.736	(58)	1.673.939
Software				
Licença de uso de *Software*	4.492	69	–	4.561
	4.492	69	–	4.561
	1.548.753	129.805	(58)	1.678.500

	Consolidado 2021	2022			Consolidado 2022
Ativo	**Custo**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Custo**
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga/Contrato de concessão	254.238	–	–	–	254.238
Instalações técnicas de saneamento	844.369	62.904	(214)	1.743	908.802
Edificações de estações de tratamento	259.899	52.582	(76)	(12.326)	300.079
Máquinas e equipamentos	60.642	18.973	(4)	(474)	79.137
Outros componentes	1.841	164	–	–	2.005
	1.420.989	134.623	(294)	(11.057)	1.544.261
Software					
Licença de uso de *Software*	4.062	430	–	–	4.492
	4.062	430	–	–	4.492
	1.425.051	135.053	(294)	(11.057)	1.548.753

c) Movimentação da amortização:

	Consolidado 2022			Consolidado 2023
Ativo	**Amortização acumulada**	**Adições**	**Baixas**	**Amortização acumulada**
Direito de exploração da infraestrutura				
Outorga/Contrato de concessão	(90.097)	(5.856)	–	(95.953)
Instalações técnicas de saneamento	(365.104)	(33.806)	–	(398.910)
Edificações de estações de tratamento	(58.171)	(10.330)	–	(68.501)
Máquinas e equipamentos	(26.350)	(5.679)	30	(31.999)
Outros componentes	(1.367)	(154)	–	(1.521)
	(541.089)	(55.825)	30	(596.884)
Software				
Licença de uso de *Software*	(3.213)	(514)	–	(3.727)
	(3.213)	(514)	–	(3.727)
	(544.302)	(56.339)	30	(600.611)

	Consolidado 2021	2022			Consolidado 2022
Ativo	**Amortização acumulada**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Amortização acumulada**
Direito de exploração da infraestrutura					
Outorga/Contrato de concessão	(84.241)	(5.856)	–	–	(90.097)
Instalações técnicas de saneamento	(341.727)	(32.443)	1	9.065	(365.104)
Edificações de estações de tratamento	(51.079)	(9.032)	3	1.937	(58.171)
Máquinas e equipamentos	(22.988)	(3.417)	–	55	(26.350)
Outros componentes	(1.227)	(140)	–	–	(1.367)
	(501.262)	(50.888)	4	11.057	(541.089)
Software					
Licença de uso de *Software*	(2.562)	(651)	–	–	(3.213)
	(2.562)	(651)	–	–	(3.213)
	(503.824)	(51.539)	4	11.057	(544.302)

O Grupo não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de testar o *impairment* dos bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2023.

12. Fornecedores e empreiteiros:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fornecedores de materiais e serviços	19.990	24.789
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa n° 8)	14.857	4.734
	34.847	29.523
Circulante	28.097	21.870
Não circulante	6.750	7.653

13. Empréstimos e debêntures:

				Consolidado	
Modalidade	**Encargos**	**Vencimento final dos contratos**	**Valor Captado**	**2023**	**2022**
Loan	Libor 6 meses + 3,25% a.a.	Dezembro/2026	27.814	12.043	17.305
Debêntures	CDI + 0,80% a 2,70% a.a.	Outubro/2024 a Julho/2026	653.900	499.594	679.484
Debêntures	IPCA + 4,40% a.a.	Julho/2029	276.100	358.461	341.525
				870.098	1.038.314
Circulante				205.746	212.162
Não circulante				664.352	826.152

As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 têm o seguinte cronograma de vencimento: *Cronograma de amortização da dívida - empréstimos:*

	Consolidado 2023
2025	4.077
2026	4.077
	8.154

Cronograma de amortização da dívida - debêntures:	Consolidado 2023
2025	151.950
2026	151.950
2027	119.022
2028	119.022
2029 em diante	119.022
	660.966
Custo de captação (não circulante)	(4.768)
Total	664.352

Movimentação das dívidas	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo inicial	1.038.314	1.070.290
(–) Pagamentos do principal	(179.113)	(64.405)
(–) Pagamentos de juros	(114.514)	(99.789)
Provisão de juros (nota explicativa nº 19)	106.304	116.188
Juros capitalizados no ativo de contrato da concessão	17.585	14.144
Variação cambial	(1.263)	(1.504)
Amortização do custo de captação do exercício	2.785	3.390
Saldo final	870.098	1.038.314

O saldo do custo de captação Consolidado em 31 de dezembro de 2023 totaliza o montante de R$ 7.267 (R$ 10.052 em 31 de dezembro de 2022). a) Debêntures: A controlada Guariroba emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações da espécie quirografária, conforme demonstrado a seguir:

			Datas de pagamento	
Emissão	**Data de emissão**	**Valor da emissão**	**Principal**	**Juros**
4ª emissão - 1ª série	Julho/2019	303.900	2 parcelas - julho 2025 e 2026	Semestral da emissão
4ª emissão - 2ª série	Julho/2019	276.100	3 parcelas - julho 2027, 2028 e 2029	Anual da emissão
5ª emissão	Outubro/2020	350.000	2 parcelas - outubro de 2023 e de 2024	Semestral da emissão

b) Loan Proparco: Em dezembro de 2014, a controlada Guariroba contratou uma linha de crédito com a Societe de Promotion Et De Participation Pour La Cooperation Economique S.A. (PROPARCO), já totalmente desembolsados, conforme demonstrado a seguir:

				Datas de pagamento	
Valor contratado (U$)	**Taxa na contratação (R$)**	**Data de desembolso**	**Valor desembolsado**	**Principal**	**Juros**
8.000	R$ 3,48	junho/16	27.814	Semestral a partir de dezembro/17	Semestral da emissão

As garantias relacionadas a tal operação são: (i) garantia fidejussória assumida pela interveniente garantidora Aegea Saneamento e Participações S.A. ("AEGEA"); e (ii) 9 notas promissórias correspondentes à 110% do valor de principal em aberto do empréstimo. Com a finalidade de eliminar a exposição cambial, a controlada Guariroba contratou junto ao Banco Santander instrumento derivativo de Cross Currency Swap, sendo seu custo final de CDI + 2,70% a.a. Esse instrumento derivativo tem o mesmo período e fluxo de caixa da dívida, de forma a proteger o instrumento das variações cambiais durante todo o período do financiamento. c) Cédula de Crédito Bancário: Em junho de 2020, a controlada Guariroba contratou linha de crédito (Cédula de Crédito Bancário) com o Banco Santander no valor de R$ 100.000. O valor do principal e dos juros serão pagos semestralmente nos meses de junho e dezembro, sendo o primeiro pagamento em dezembro de 2020 e o último em junho de 2023. Essa operação foi totalmente liquidada em agosto/2022. O Grupo mantém em seus empréstimos e debêntures, garantias, restrições e *covenants* usuais de mercado. Todas as cláusulas restritivas, quantitativas e qualitativas, referentes aos empréstimos e debêntures estão sendo cumpridas integralmente em 31 de dezembro de 2023.

14. Outras contas a pagar:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Direito de outorga a pagar *(i)*	13.120	13.041
Provisão de fundo social a pagar	425	385
Arrendamentos	4.010	4.269
Outros impostos diferidos	3.355	1.938
Outras contas a pagar	1.298	1.463
	22.208	21.096
Circulante	8.619	7.335
Não circulante	13.589	13.761

(i) O montante a pagar pela controlada Guariroba em 31 de dezembro de 2023 é assim subdividido: (a) R$ 923 (R$ 815 em 31 de dezembro de 2022) devido ao município de Campo Grande - MS e (b) R$ 12.197 devido ao Estado do Mato Grosso do Sul (R$ 12.226 em 31 de dezembro de 2022) que será pago em parcelas mensais até outubro de 2030 sendo corrigidas anualmente pelo mesmo índice de correção da tarifa. O valor do pagamento mensal devido ao município de Campo Grande - MS está suspenso conforme acordo entre as partes até a definição em relação ao pedido feito pela controlada Guariroba para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato devido à antecipação de obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) solicitado pelo Poder Concedente Municipal em 2013. **15. Depósitos judiciais e provisões:** O Grupo é parte e, está se defendendo nas respectivas esferas, em autos de infração, processos administrativos e/ou judiciais, notificações e reclamações decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas e tributários. A Companhia, com base nas avaliações dos assessores jurídicos internos e externos do Grupo, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes dos riscos cíveis, trabalhistas e tributários que está exposto, assim como, vem mantendo seus compromissos de depositar recursos judicialmente, quando requerido nos andamentos processuais.

	Consolidado Depósitos judiciais		Consolidado Provisões	
Natureza	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Cíveis	678	517	61	28
Trabalhistas	230	292	431	878
Tributários	310	309	5.774	6.810
	1.218	1.118	6.266	7.716

Movimentação das provisões:

	Consolidado					
		Resultado				
Natureza	**2022**	**Adições**	**Reversões**	**Pagamentos**	**Atualização monetária**	**2023**
Cíveis	28	1.478	(204)	(1.241)	–	61
Trabalhistas	878	764	(553)	(658)	–	431
Tributários	6.810	–	(1.739)	–	703	5.774
	7.716	2.242	(2.496)	(1.899)	703	6.266

	Consolidado					
		Resultado				
Natureza	**2021**	**Adições**	**Reversões**	**Pagamentos**	**Atualização monetária**	**2022**
Cíveis	583	3.205	(1.876)	(1.884)	–	28
Trabalhistas	856	1.712	(563)	(1.127)	–	878
Tributários	11.258	–	(4.225)	–	(223)	6.810
	12.697	4.917	(6.664)	(3.011)	(223)	7.716

Processos considerados passivos contingentes: A controlada Guariroba é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões cíveis, trabalhistas e tributários, as quais são consideradas como passivos contingentes nas demonstrações financeiras, por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas ou que o montante das obrigações não possa ser mensurado com suficiente confiabilidade. Tais ações e/ou processos foram avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível de perda e somavam o montante de R$ 13.465 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 8.985 em 31 de dezembro de 2022), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com essas ações e/ou processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme segue abaixo: a) Processos cíveis: A controlada Guariroba possui processos que correspondem principalmente a ações envolvendo pleitos de reequilíbrio de contrato de concessão e de serviços, anulação de ato de dação de pagamento, indenizações por danos materiais e morais, em 31 de dezembro de 2023, totalizam R$ 1.031 (R$ 525 em 31 de dezembro de 2022) não existindo nenhum processo de valor individual significativo. b) Processos trabalhistas: A controlada Guariroba possui processos que correspondem principalmente a pleitos de indenizações por danos materiais e morais e reclamações de horas extras e aviso prévio, em 31 de dezembro de 2023, totalizam R$ 1.276 (R$ 833 em 31 de dezembro de 2022) não existindo nenhum processo de valor individual significativo. c) Processos tributários: A controlada Guariroba possui processos que totalizam um montante de R$ 11.158 (R$ 7.627 em 31 de dezembro de 2022). O principal processo refere-se: A Secretaria da Receita Federal do Brasil em Campo Grande lavrou contra a controlada Guariroba dois autos de infração para: (i) exigência de IOF, multa de ofício e juros de mora, em razão da suposta realização de empréstimos de recursos financeiros para outras pessoas jurídicas de seu grupo empresarial, relativamente ao período compreendido entre janeiro de 2010 e dezembro de 2010; e (ii) exigência de IRPJ e CSLL, multa de ofício e juros de mora, em razão da glosa de despesas operacionais, e exigência de multa isolada relativos ao ano-calendário 2010. Em 30 de dezembro de 2013 a controlada Guariroba apresentou impugnações no âmbito administrativo, as quais aguardam julgamento em primeira instância pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento. As expectativas de perda das defesas apresentadas estão classificadas como possível, em razão de precedentes favoráveis do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) relacionados às matérias que foram objeto das defesas, bem como da possibilidade de discussão das matérias na esfera judicial. Esses processos totalizam um montante em 31 de dezembro de 2023 de R$ 8.062 (R$ 7.627 em 31 de dezembro de 2022). Processo nº 0811670-23.2022.8.12.0001 referente à ação anulatória proposta em face do Estado do Mato Grosso do Sul em razão da decisão administrativa definitiva, ICMS - Difal, esse processo totaliza um montante de R$ 3.094 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2022). **16. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 1.795 dividido em 1.164.286 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 550.000 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os acionistas e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

Aegea Saneamento e Participações S.A.	67,92%
IFIN Participações S.A.	32,08%
	100,00%

b) Reserva de capital: Nesta reserva está registrado parte do valor das ações emitidas pela Companhia. As utilizações possíveis dessa reserva estão constituídas no artigo 200 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foi constituída reserva de legal em função do saldo ter atingido o limite de 20% do capital social. c) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social. d) Ajuste de avaliação patrimonial: Refere-se à variação do valor justo de instrumentos financeiros derivativos da controlada reconhecidos em outros resultados abrangentes, bem como os respectivos efeitos tributários. e) Dividendos: Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Os dividendos declarados e pagos foram calculados conforme segue:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	315.953	286.272
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	78.988	71.568
Dividendos destinados e declarados no exercício		
Dividendos destinados do resultado de exercícios anteriores	177.292	26.929
Dividendos destinados do resultado do exercício	198.206	108.979
	375.498	135.908
Proposta de dividendos adicionais do exercício		
Dividendos adicionais propostos	116.312	175.856

Em 10 de janeiro de 2023, a Companhia destinou e pagou a título de dividendos intermediários o montante de R$ 123.160, dos quais R$ 100.000 foram pagos a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. e R$ 23.160 foram pagos ao IFIN Participações S.A. Em 27 de abril de 2023, a Companhia destinou e pagou a título de dividendos intermediários o montante de R$ 52.696, dos quais R$ 46.121 foram pagos a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. e R$ 6.575 foram pagos ao IFIN Participações S.A. Em 28 de abril de 2023, a Companhia destinou e pagou a título de dividendos intercalares o montante de R$ 65.867, dos quais R$ 57.649 foram pagos a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. e R$ 8.218 foram pagos ao IFIN Participações S.A. Na mesma data a Companhia destinou e pagou a título de dividendos intermediários R$ 1.436, dos quais R$ 1.257 foram pagos a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. e R$ 179 foram pagos ao IFIN Participações S.A. Em 10 de julho de 2023, a Companhia destinou e pagou a título de dividendos intercalares o montante de R$ 70.000, dos quais R$ 61.808 foram pagos a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. e R$ 8.192 foram pagos ao IFIN Participações S.A. Em 14 de dezembro de 2023, a Companhia destinou e pagou a título de dividendos intercalares o montante de R$ 62.339, dos quais R$ 42.339 foram pagos à acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. e R$ 20.000 foram pagos ao IFIN Participações S.A. f) Reserva de retenção de lucros: A Administração da Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

17. Receita operacional líquida:

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita de prestação de serviços		
Serviços de abastecimento de água	504.923	436.286
Outros serviços indiretos de água	135.703	124.567
Serviços de esgoto	288.186	237.905
Outros serviços indiretos de esgoto	32.799	26.165
Receitas de construção ativo intangível	250.178	161.036
Total receita bruta	1.211.789	985.959
Deduções da receita bruta		
(–) Cancelamentos e abatimentos	(11.038)	(7.097)
(–) Tributos sobre serviços	(87.928)	(75.649)
Total da receita operacional líquida	1.112.823	903.213

18. Custos e Despesas por natureza:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Pessoal	–	–	(39.244)	(34.209)
Conservação e manutenção	–	–	(3.737)	(3.506)
Serviços de terceiros	(30)	–	(63.650)	(49.288)
Materiais, equipamentos e veículos	–	–	(4.143)	(2.881)
Amortização e depreciação	–	–	(59.306)	(53.924)
Custo de concessão	–	–	(14.015)	(11.887)
Custo de construção ativo intangível	–	–	(250.178)	(161.036)
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber de clientes	–	–	(10.229)	(4.356)
Baixa de títulos do contas a receber	–	–	(11.785)	(13.740)
Reversões de provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	–	–	254	1.747
Energia elétrica	–	–	(56.309)	(53.804)
Produtos químicos	–	–	(5.172)	(3.732)
Locação	–	–	(3.201)	(3.560)
Publicidade e Propaganda	(5)	(18)	(6.045)	(4.394)
Outros	(4)	(2)	(10.650)	(7.207)
	(39)	(20)	(537.410)	(405.777)
Custos dos serviços prestados	–	–	(423.995)	(318.555)
Despesas administrativas e gerais	(39)	(20)	(113.415)	(87.222)

19. Resultado financeiro:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas				
Rendimentos de aplicações financeiras *(i)*	68	61	38.252	61.447
Juros e multa recebidos ou auferidos	–	–	6.501	6.941
Variações cambiais ativas	–	–	2.731	5.726
Ganho com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 21)	–	–	1.352	4.477
Outras receitas financeiras	1	–	830	90
Receitas financeiras	69	61	49.666	78.681
Despesas	–	–		
Encargos sobre empréstimos e debêntures (nota explicativa nº 13)	–	–	(106.304)	(116.188)
Descontos concedidos	–	–	(19.239)	(5.815)
Despesas e comissões bancárias	–	–	(3.875)	(5.228)
Ajuste a valor presente de clientes (nota explicativa nº 7)	–	–	(5.762)	(3.756)
Variações cambiais passivas	–	–	(1.468)	(4.222)
Perda com instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 21)	–	–	(3.529)	(7.009)
Impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS)	(3)	(3)	(2.083)	(3.184)
Outras despesas financeiras	(2)	(1)	(10.895)	(5.161)
Despesas financeiras	(5)	(4)	(153.155)	(150.563)
Resultado financeiro	64	57	(103.489)	(71.882)

(i) As receitas de rendimentos de aplicações financeiras no consolidado abrangem juros incorridos sobre as rubricas de caixa e equivalentes de caixa no montante de R$ 7 (R$ 8 em 31 de dezembro de 2022). **20. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL):** a) Imposto de renda e contribuição social correntes: A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, está apresentada como segue:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Resultado antes dos tributos	315.960	286.279	472.550	425.474
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(107.426)	(97.335)	(160.667)	(144.661)
Resultado com investimentos	107.418	97.322	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social não reconhecido	4	4	4	4
Reversões/Despesas indedutíveis	–	–	(2.937)	(178)
Bônus diretoria	–	–	(146)	(11)
Baixa de títulos do contas a receber	–	–	–	(164)
Inovação tecnológica	–	–	767	1.325
Doações Lei Rouanet e caráter desportivo	–	–	5.476	3.718
Programa de alimentação do trabalhador	–	–	1.004	859
Outras diferenças permanentes	(3)	2	(98)	(94)
Imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	(7)	(7)	(151.710)	(140.910)
Diferido	–	–	(4.887)	1.708
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(7)	(7)	(156.597)	(139.202)
Alíquota efetiva	0%	0%	33%	33%

Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	Controladora 2023	Controladora 2022
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados	(7)	(7)
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	6	4
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	(1)	(3)
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente a retenções na fonte	5	3
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1	1
Total	6	4

continua

DocuSigned by
Estadão
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 27/03/2024 | 22:47:20 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C2434074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: E09F551D-BC48-4AF2-97C2-E4CA0AC8E156

continuação

Camastra Participações e Administração S.A. - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	Consolidado 2023	2022
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados	(151.710)	(140.910)
Saldos pagos referentes a anos anteriores	(35.506)	(32.000)
Antecipação do IRPJ e CSLL	(187)	(797)
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	57.797	48.656
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	(129.606)	(125.051)
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referentes a retenções na fonte	11.161	13.149
Imposto de renda e contribuição social a pagar	46.636	35.507
Total	57.797	48.656

b) Composição e movimentação dos impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

Consolidado	2022	Resultado	Patrimônio Líquido	2023
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber de clientes	15.259	3.478	–	18.737
Provisão para participação nos lucros	1.633	93	–	1.726
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	310	(141)	–	169
Ajuste a valor presente de clientes	4.476	1.959	–	6.435
Outorga diferida anos anteriores	4.524	(120)	–	4.404
Instrumento financeiro derivativo	142	(1)	(102)	39
Variação cambial	1.994	(822)	–	1.172
Arrendamentos	82	(4)	–	78
Perda com clientes	825	349	–	1.174
Baixa por perda parcelamentos	115	30	–	145
Ativo fiscal diferido	29.360	4.821	(102)	34.079
Amortização de intangível *(i)*	(79.622)	2.114	–	(77.508)
Juros capitalizados	(16.478)	(5.433)	–	(21.911)
Custo de captação de empréstimos e debêntures	(3.418)	947	–	(2.471)
Instrumento financeiro derivativo	(1.009)	812	–	(197)
Baixa de títulos do contas a receber	(11.083)	(6.252)	–	(17.335)
Diferimento do lucro dos órgãos públicos	(3.686)	(1.896)	–	(5.582)
Passivo fiscal diferido	(115.296)	(9.708)	–	(125.004)
Passivo fiscal diferido líquido	(85.936)	(4.887)	(102)	(90.925)

Consolidado	2021	Resultado	Patrimônio Líquido	2022
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	13.778	1.481	–	15.259
Provisão para participação nos lucros	1.579	54	–	1.633
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	491	(181)	–	310
Ajuste a valor presente de clientes	3.199	1.277	–	4.476
Outorga diferida anos anteriores	4.645	(121)	–	4.524
Instrumento financeiro derivativo	–	–	142	142
Variação cambial	3.012	(1.018)	–	1.994
Arrendamentos	75	7	–	82
Perda com clientes	943	(118)	–	825
Baixa por perda parcelamentos	71	44	–	115
Ativo fiscal diferido	27.793	1.425	142	29.360
Amortização de intangível *(i)*	(81.737)	2.115	–	(79.622)
Juros capitalizados	(12.094)	(4.384)	–	(16.478)
Custo de captação de empréstimos e debêntures	(4.570)	1.152	–	(3.418)
Instrumento financeiro derivativo	(481)	(1.009)	481	(1.009)
Variação cambial	(2.032)	2.032	–	–
Baixa de títulos do contas a receber	(11.683)	600	–	(11.083)
Diferimento do lucro dos órgãos públicos	(3.463)	(223)	–	(3.686)
Passivo fiscal diferido	(116.060)	283	481	(115.296)
Passivo fiscal diferido líquido	(88.267)	1.708	623	(85.936)

(i) Conforme o artigo 69 da Lei 12.973/14, a diferença em 31 de dezembro de 2014 entre o total da amortização contábil e fiscal, será adicionado na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL, em quotas fixas mensais e durante o prazo restante de vigência do contrato, valor realizado em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 6.219 (R$ 6.219 em 31 de dezembro de 2022). **21. Instrumentos financeiros:** Visão Geral: O Grupo está exposto aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de mercado; e • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo sobre cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Grupo. Estrutura de gerenciamento de risco: A Administração da Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Companhia sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. *Risco de crédito:* Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes. Também, a Companhia visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha, que detenham rating igual ou superior a AA. Os *ratings* são aqueles publicados pelas agências: Fitch, Standard&Poor's e Moody's, dentro da escala (i) global para aplicações no exterior, ou (ii) local para aplicações no Brasil. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Nota	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Bancos conta movimento	5	5	4	4.363	2.473
Aplicações financeiras	6	548	541	58.437	491.392
Contas a receber de clientes	7	–	–	295.758	264.750
Instrumentos financeiros derivativos		–	–	3.036	5.129
		553	545	361.594	763.744

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez do Grupo. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro do Grupo em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Consolidado 2023	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	34.847	34.847	28.097	6.750	–	–	–
Empréstimos e debêntures	870.098	1.150.457	257.157	206.416	190.304	163.965	332.615
Outras contas a pagar	22.208	24.488	10.112	3.333	2.510	2.192	6.341
	927.153	1.209.792	295.366	216.499	192.814	166.157	338.956

Consolidado 2022	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	29.523	29.522	21.869	7.653	–	–	–
Empréstimos e debêntures	1.038.314	1.639.229	294.052	265.424	214.219	195.004	670.530
Outras contas a pagar	21.096	21.459	5.683	3.041	2.636	2.188	7.911
	1.088.933	1.690.210	321.604	276.118	216.855	197.192	678.441

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade do Grupo, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. *Risco de mercado:* Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. • Risco de taxa de juros: O Grupo está exposto a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e debêntures e outras contas a pagar. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Controladora 2023	2022	Consolidado 2023	2022
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	548	541	58.437	491.393
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	3.036	5.129
	548	541	61.473	496.522
Instrumentos de taxa variável				
Passivos financeiros				
Empréstimos e debêntures	–	–	865.088	1.048.366
Outras contas a pagar	–	–	17.130	17.310
	–	–	882.218	1.065.676

O Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável. A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Controladora	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	Cenários I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
Exposição Patrimonial								
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	548	Variação do CDI	11,65%	64	80	96	48	32

Consolidado	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	Cenários I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
Exposição Patrimonial								
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	58.437	Variação do CDI	11,65%	6.808	8.510	10.212	5.106	3.404
2- Passivos financeiros								
Debêntures	(364.091)	Variação do IPCA	4,62%	(16.821)	(21.026)	(25.232)	(12.616)	(8.410)
Empréstimos e debêntures	(500.997)	Variação do CDI	11,65%	(58.366)	(72.958)	(87.549)	(43.774)	(29.183)
Outorga a pagar	(13.120)	Variação do INPC	3,71%	(487)	(609)	(731)	(365)	(243)
1 + 2 - Exposição líquida	(819.771)			(68.866)	(86.083)	(103.300)	(51.649)	(34.432)

Risco de taxas de câmbio: Os riscos de taxas de câmbio decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pelo Grupo para contratação de instrumentos financeiros. Para mitigar tais riscos de variação cambial, os instrumentos financeiros do Grupo em moeda estrangeira estão cobertos com a contratação de operações de *hedge* através de instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap*. O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para o risco de moeda estrangeira do Grupo baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

Consolidado Risco Cambial	Exposição	Unidade	Taxa de câmbio em 2023	Cenários I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Instrumentos derivativos								
Empréstimos	(2.536)	USD	R$ 4,8413	(955)	(1.194)	(1.433)	(716)	(478)
Swap - Ponta ativa	2.954	USD	R$ 4,8413	1.112	1.390	1.668	834	556
1 + 2 - Exposição líquida	418			157	196	235	118	78

Gerenciamento do capital: O Grupo procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a fundos de investimentos e Certificados de Depósitos Bancários - CDB de liquidez imediata. Classificação dos instrumentos financeiros: A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

Consolidado	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil 2023	2022	Valor Justo 2023	2022
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa *(i)*	5	Custo amortizado	–	5	4	5	4
Aplicações financeiras *(i)*	6	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	548	541	548	541
Total				553	545	553	545

Consolidado	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil 2023	2022	Valor Justo 2023	2022
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa *(i)*	5	Custo amortizado	–	4.364	2.481	4.364	2.481
Aplicações financeiras *(i)*	6	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	58.437	491.393	58.437	491.393
Contas a receber de clientes *(i)*	7	Custo amortizado	–	295.758	264.750	295.758	264.750
Instrumentos financeiros derivativos *(i)*		Valor justo - Instrumentos de *hedge*	Nível 2	3.036	5.129	3.036	5.129
Total				361.595	763.753	361.595	763.753
Passivo							
Fornecedores e empreiteiros *(i)*	12	Custo amortizado	–	34.847	29.523	34.847	29.523
Empréstimos debêntures *(ii)*	13	Custo amortizado	–	870.098	1.038.314	895.370	1.134.329
Outras contas a pagar *(i)*	14	Custo amortizado	–	22.208	21.096	22.208	21.096
Total				927.153	1.088.933	952.425	1.184.948

(i) Para estas operações a Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do vencimento dessas operações. *(ii)* Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg) acrescidas dos spreads contratuais e trazido a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI). *Hedge Accounting: Instrumentos financeiros derivativos:* Os acionistas aprovaram em assembleia, a contratação de contrato de *swap*, com o objetivo de trocar a variação cambial do dólar norte-americano + 4,89% por um percentual do CDI - Certificado de Depósito Interbancário + 2,70%. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o Grupo mantém os instrumentos financeiros derivativos de *swap* para a cobertura do risco de câmbio e taxas, conforme demonstrado:

Derivativo	Nocional	Ativo	Passivo	Mercado	Vencimento	Consolidado Ativo 2023	2022
Swap	4.632	USD + 4,89% a.a.	CDI + 2,70% a.a.	CETIP	15/dez/26	3.036	5.129
Circulante						768	315
Não circulante						2.268	4.814

A controlada Guariroba possui como política avaliar a necessidade de adoção de *Hedge Accounting* para as operações utilizadas em sua gestão de riscos financeiros. Sendo assim a Controlada designou a operação apresentada abaixo para *hedge accounting* de fluxo de caixa, a qual apresenta o índice de *hedge* equivalente a 1,0, sendo que os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados para *hedge* de fluxo de caixa, enquanto não realizados estão registrados no patrimônio líquido, e o valor de *accrual* no resultado conforme demonstrado abaixo:

	Patrimônio Líquido 2022	Variação	Patrimônio Líquido 2023
Instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa:			
Riscos de variação cambial	(1.975)	298	(1.677)
IR/CS diferidos	671	(101)	570
Perdas líquidas reconhecidos em outros resultados abrangentes	(1.304)	197	(1.107)

	Resultado 2022	Resultado 2023
Instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa:		
Perdas líquidas reconhecidos no resultado do exercício (nota explicativa nº 19)	(2.532)	(2.177)

Para testar a efetividade do *hedge*, a Controlada usa o método do derivativo hipotético comparando as mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* com as mudanças no valor justo dos itens protegidos atribuíveis aos riscos protegidos. As fontes de inefetividade de *hedge* podem ser oriundas de: • Índices diferentes (e, consequentemente, curvas diferentes) associados ao risco protegido dos itens cobertos e instrumentos de *hedge*; • O risco de crédito das contrapartes tem um impacto diferente nos movimentos do valor justo dos instrumentos de *hedge* e itens protegidos; • Alterações na quantia prevista de fluxos de caixa de itens protegidos e instrumentos de *hedge*. Valor justo: *Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos:* O Grupo divulga um quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante pelo Grupo, originado por instrumentos financeiros, ao qual o Grupo está exposta na data do balanço, incluindo todas as operações com instrumentos financeiros derivativos. O Grupo considera o dólar do cenário-base de R$ 4,8413/US$. O cenário I é o dólar a R$ 3,8730/US$, o cenário II é o dólar a R$ 2,7665/US$ e o cenário III é o dólar a R$ 2,4207. Além disso, em outra avaliação, considera-se como risco a alta do CDI. O Grupo considera como cenário-base a curva de taxas referenciais DI x Pré divulgadas pela B3 no dia 31 de dezembro de 2023. O Grupo estimou o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%. O Grupo considera ainda o risco da alta do Cupom Cambial. O Grupo considera como cenário-base a curva de taxas referenciais Cupom Limpo divulgadas pela B3 no dia 31 de dezembro de 2023. O Grupo estimou o Cenário I com um impacto de 25% ao longo de toda a curva, o Cenário II com um impacto de 75% e o Cenário III com um impacto de 100%.Dessa forma, temos o seguinte quadro demonstrativo de análise de sensibilidade:

Consolidado 2023 Instrumento	Exposição	Risco	Cenários I	II	III
		Variação USD	590	(2.206)	(3.080)
		Alta Curva CDI	3.031	3.018	3.011
Swap	3.036	Alta Curva Cupom Cambial	2.803	2.365	2.160

22. Cobertura de seguros: O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a cobertura de seguros era composta por:

	Consolidado 2023	2022
Danos materiais	101.200	111.000
Responsabilidade civil	170.000	120.000
Equipamentos e Veículos	1.174	584
Executante concessionário	34.771	37.043
Riscos de engenharia	112.000	102.000

23. Compromissos vinculados a contratos de concessão: A controlada Guariroba possui a obrigação de pagamento da outorga devida ao Estado do Mato Grosso do Sul, mensalmente até outubro de 2030, sendo corrigido anualmente pelo mesmo índice de correção da tarifa. Já os valores de outorga devidos ao município de Campo Grande - MS estão temporariamente suspensos conforme mencionado na nota explicativa nº 14 Outras contas a pagar. Além disso, a controlada Guariroba deverá pagar mensalmente 0,5% do faturamento para implantação de obras e ações de interesse social, voltados à população carente, conforme indicação dos locais e famílias pela Prefeitura Municipal de Campo Grande. A controlada Guariroba também possui compromisso mensal de pagamento ao Poder Concedente da taxa de regulação, que corresponde a 1% da receita bruta referente aos serviços de abastecimento de água e dos serviços de esgoto. O contrato e seus aditivos, preveem valores referenciais para o cumprimento dos marcos contratuais do plano executivo de investimentos até o final da concessão em R$ 607.146, em valores históricos firmados na data da assinatura do contrato de concessão. As metas de atendimento global, deverão atingir os seguintes índices: (i) Manter os níveis de atendimento dos serviços prestados de abastecimento de água em 100% até o final do contrato; ii) manter os níveis de redução de perdas em 28% até o final da concessão. (iii) quanto ao sistema de esgotamento sanitário município, a controlada Guariroba redireciona os investimentos em cobertura de esgotamento sanitário para acompanhamento do cronograma de obras de pavimentação e implantação de redes de drenagem de águas pluviais, previstas no programa "Pavimentação e qualificação de vias urbanas" da Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, que são de responsabilidade da Prefeitura Municipal. **24. Aspectos ambientais:** O Grupo considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. O Grupo busca minimizar os riscos associados com assuntos ambientais, através de procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. O Grupo acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

Diretoria

Radamés Andrade Casseb - Diretor da Companhia

Yaroslav Memrava Neto - Diretor da Companhia

Contador

Vinicius Saraiva Caraça Benedito - CRC SP 295505/O-9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas **Camastra Participações e Administração S.A.** São Paulo-SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Camastra Participações e Administração S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e

continua

DocuSigned by
Estadão
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 27/03/2024 | 22:47:38 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: E09F551D-BC48-4AF2-97C2-E4CA0AC8E156

continuação

Camastra Participações e Administração S.A. - Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 27 de março de 2024

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623/F
José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 27/03/2024 | 22:47:54 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/